



História Unicap
ISSN 2359-2370

O discurso anticomunista na revista eclesiástica brasileira 1960 a 1970

The Anticommunist Discourse in the Brazilian
Ecclesiastical Magazine 1960 to 1970

Edmilson Pereira Cruz*
cruz.edmilsonp@gmail.com

Resumo:

A Igreja Católica no final do século XIX e no início do século XX adotou um discurso contrário ao pensamento marxista e a forma prática da ação de suas ideias. O primeiro papa a realizar uma declaração sobre o comunismo foi Leão XIII (1878-1903), que condenou a forma de ação dos marxistas na Europa em sua encíclica *Rerum Novarum*, posteriormente temos Pio X (1903-1914) e Bento XV (1914-1922) que seguiram o posicionamento de Leão XIII. Já Pio XI (1922-1939), vai adotar o discurso mais duro contra o pensamento comunista, na sua encíclica *Divinis Redemptoris*. Por sequência, teremos Pio XII (1939-1958) e João XXIII (1958-1963), que também seguiram seus antecessores. Baseando-se no Concílio Vaticano II, surge a Teologia da Libertação (TL) na América Latina, que une a doutrina pastoral da Igreja Católica com o pensamento marxista. O objetivo do nosso trabalho é investigar qual o posicionamento da Igreja Católica no Brasil diante do comunismo mundial, a partir dos artigos e comunicações encontrados na Revista Eclesiástica Brasileira (REB) entre os anos de 1960-1970. Através dessa revista iremos analisar a forma de discurso usado pela Igreja Católica do Brasil, antes do Concílio Vaticano II e do surgimento da Teologia da Libertação, perante o pensamento marxista.

Palavras-chave:

Igreja Católica; Teologia da Libertação; Revista Eclesiástica Brasileira.

Abstract:

The Catholic Church in the late 19th century and early 20th century adopted a discourse contrary to Marxist thought and practical form of action of its ideas. The first pope to make a statement on communism was Leo XIII (1878-1903), who condemned the form of action of Marxists in Europe in his treatise Rerum Novarum. Afterwards, Pius X (1903-1914) and Benedict XV (1914-1922) followed the position of Leo XIII. Pius XI (1922-1939), however, adopted the harshest position against communist thought, in his encyclopaedia Divinis Redemptoris. Finally, Pius XII (1939-1958) and John XXIII (1958-1963), who followed their predecessors. Based on the Second Vatican Council, Liberation Theology (TL) emerges in Latin America, which is a pastoral doctrine of the Catholic Church with Marxist thought. The objective of this article is to investigate the position of the Catholic Church in Brazil regarding world communism, based on the articles and statements found in the Brazilian Ecclesiastical Magazine (REB) between the years 1960-1970. Through this magazine we will analyze the form of discourse used by the Catholic Church in Brazil before the Second Vatican Council and the emergence of Liberation Theology, regarding Marxist thought.

Keywords:

Catholic church; Liberation Theology; Brazilian Ecclesiastical Magazine.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Introdução

O papado ao longo do século XX se deparou com problemas sociais, como as grandes guerras, as desigualdades sociais, intensificação de ideologias, entre outros. Dentro desse contexto, a Igreja acabou desenvolvendo a *Doutrina Social da Igreja (DSI)*. Nesta doutrina a Igreja acabou condenando o comunismo por possuir um pensamento materialista histórico, contrário à visão social da Igreja Católica.

Esse pensamento sobre o comunismo acabou influenciando ações pastorais da Igreja Católica no Brasil, que levaram a Igreja a atacar diretamente os movimentos políticos comunistas nas décadas de 1950 até meados de 1965. Entretanto, a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja muda seu discurso apologético ao comunismo alterando também os movimentos e ações da Igreja no Brasil.

Desse modo, nosso objetivo neste trabalho é demonstrar como o discurso anticomunista existente nos meios de comunicação católicos, especificamente a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), está alinhado com os documentos pontificios. Não iremos fazer um estudo comparativo, pois o espaço não possibilita. Nosso foco principal é analisar o discurso existente na REB e contextualizá-lo com o momento sociopolítico do Brasil e da Igreja Católica. Também buscaremos demonstrar quais foram os fatores que levaram a Revista Eclesiástica Brasileira a abandonar o discurso anticomunista.

O Papado e o Comunismo

No final do século XIX, houve a entronização do Papa Leão XIII (1878-1903). Seu pontificado teve grande influência em todo o século XX e nos papas sucessores, principalmente pelo seu posicionamento perante à realidade econômica mundial e pelo fato de iniciar a Doutrina Social da Igreja¹. Seu governo ocorreu no mesmo tempo em que houve uma grande aceleração e consolidação da economia industrial capitalista pelo mundo, bem como o surgimento e fortalecimento das ideologias marxistas no Leste Europeu.

Em 1891, em resposta a este momento, Leão XIII escreveu a encíclica *Rerum Novarum*, que significa “das coisas novas”, sobre o posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana perante as ideologias econômicas efervescentes da época. Este é um marco histórico dentro da Igreja Católica, já que com esse documento foi inaugurada a Doutrina Social da Igreja, que será lembrada consecutivamente pelos seus sucessores pontificios. Nela o Papa “(...) condenava tanto o liberalismo como o marxismo discorrendo sobre o capitalismo e o socialismo, sobre a propriedade privada, os deveres do Estado e a luta de classes” (SALES, 2006, p. 33). Essas questões colocadas por Igor Sales foram respondidas e esclarecidas pela *Rerum Novarum*, além de fazer uma grande crítica ao pensamento socialista² e ao sistema capitalista.

¹ “A expressão ‘doutrina social da Igreja’ designa o conjunto de orientações da Igreja Católica para os temas sociais. Ela reúne os pronunciamentos do magistério católico sobre tudo que implica a presença do homem na sociedade e no contexto internacional. Trata-se de uma reflexão feita à luz da fé e da tradição eclesial”. (RIBEIRO, 2013).

² A condenação do socialismo pela Igreja Católica acontece pelo fato de que, para Marx, a religião, a filosofia e a cultura são a Superestrutura criada para sustentar a Infraestrutura que é a economia. Dessa forma, Marx não vê sinceridade em qualquer culto religioso, idealizando que a religião foi criada e é utilizada pela própria burguesia para controlar o proletariado. “Toda religião, que não sua própria, é uma invenção dos homens, a sua própria no entanto uma revelação

O Papa Leão XIII, na encíclica *Diuturnum Illud*, afirma que o “comunismo, o socialismo, o niilismo, são monstros horrendos que são a vergonha da sociedade e que ameaçam ser-lhe a morte”. Podemos perceber que as duras críticas de Leão XIII à ideologia socialista se inseriram na Doutrina Social da Igreja Católica desde seu início.

O pontificado de Pio X (1903-1914) foi marcado por um novo momento, pois ele vivenciará na Europa o desenvolvimento inicial da Primeira Guerra. Mas, mesmo com isso, não deixará de intensificar as palavras de Leão XIII contra o desenvolvimento da ideologia socialista na Rússia. Na Carta Apostólica *Notre Charge Apostolique*, ele destaca a discrepância entre o comunismo e o cristianismo:

O equívoco está desfeito; a ação social do Sillon não é mais católica. [...] Porém, mais estranhas ainda, ao mesmo tempo inquietantes e acabrunhadoras, são a audácia e a ligeireza de espírito de homens que se dizem católicos, e que sonham refundir a sociedade [...] e estabelecer sobre a terra, por cima da Igreja Católica, ‘o reino da justiça e do amor’, com operários vindos de toda parte, de todas as religiões ou sem religião, com ou sem crenças, [...]. (PIO X, 1910)

Com a morte de Pio X, quem assume o papado em setembro de 1914 é o Papa Bento XV (1914-1922). Além da Primeira Guerra, o papa tem diante de si confrontos internos na Igreja, como o caso com a Igreja Ortodoxa, confrontos diretos entre Igreja Romana e o recém-formado Estado Italiano e ainda enfrentar movimentos anticlericais em toda a Europa. Diante disto, Bento XV sempre defendeu a neutralidade da Igreja diante da Grande Guerra, mas posicionou-se contra os exageros cometidos pelas nações.

Em novembro de 1914, escreve a sua primeira encíclica, *Ad Beatissimi Apostolorum*, onde ele defende a justiça e a paz, ataca diretamente o uso das tecnologias como armas de guerra, condena as injustiças causadas pela ganância de seus governantes e diz: “Não há limite para a medida da ruína e do abate; diariamente a terra fica marcada com o sangue recém-derramado e coberta com os corpos de mortos e feridos”. Ademais, nesta mesma encíclica o Papa Bento XV intensificou o que o Papa Leão XIII já havia dito sobre o pensamento socialista que vinha ganhando força na Europa:

(...) Não é nossa intenção aqui repetir os argumentos que expõe claramente os erros do socialismo e de doutrinas semelhantes. O nosso predecessor, Leão XIII, muito sabiamente o fez em memoráveis Encíclicas; e vós, veneráveis irmãos, terão o maior zelo para que esses graves preceitos nunca sejam esquecidos, mas que sempre que as circunstâncias os exigirem, eles devem ser claramente expostos e inculcados em asso-ciações e congressos católicos, em sermões e na imprensa católica (...). (BENTO XV, 1914)

O seu sucessor, o Papa Pio XI (1922-1939), teve uma ação muito direta no campo político. Foi ele que encerrou a chamada “Questão Romana”, estreitando novamente os laços entre o Estado Italiano e o Vaticano através do Tratado de Latrão, em 1929. Em 1931, irá escrever a encíclica *Non Abbiamo bisogno*, na qual o Papa se pronuncia contra as ideias fascistas que vinham ganhando força na Europa e principalmente na Itália.

divina. — Assim portanto houve história, mas agora não há mais." (MARX, Karl. Misère de la Philosophie. Réponse a la Philosophie de la Misère de M. Proudhon. 1847. p. 113).

No mesmo ano, Pio XI escreveu a encíclica *Quadragesimo Anno*, em comemoração aos quarenta anos da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*. Nessa carta encíclica, direcionada a todos os fiéis católicos, o Papa ataca diretamente as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista: “Apregoava-se, que por fatal lei económica pertencia aos patrões acumular todo o capital, e que a mesma lei condenava e acorrentava os operários a perpétua pobreza e vida miserável”, lembrando o que já havia sido dito pelo seu antecessor, Leão XIII.

Ainda nesse sentido, o Papa Pio XI continuou condenando as ideologias socialistas, através da sua encíclica *Divinis Redemptoris*, na qual ele alerta sobre o “comunismo ateu” que surgiu na Rússia e tem-se alastrado pela Europa:

O comunismo despoja o homem da sua liberdade na qual consiste a norma da sua vida espiritual; e ao mesmo tempo priva a pessoa humana da sua dignidade, e de todo o freio na ordem moral, com que possa resistir aos assaltos do instinto cego. (PIO XI, 1937)

O Papa, nesta encíclica específica contra o comunismo, condena-o veementemente e reitera o que já havia sido dito por Leão XIII, que o fruto do liberalismo e das desigualdades produzidas por ele foi o surgimento do socialismo/comunismo.

Logo após a morte de Pio XI, temos a eleição do Papa Pio XII (1939 – 1955), que enfrentou um período cheio de intempéries que abalaram as estruturas eclesiais da Igreja, principalmente na Europa. Além do desencadeamento da Segunda Grande Guerra (1939-1942), temos a consolidação da ideologia fascista na Alemanha e na Itália. A partir disso, o Papa lançou como o seu lema, “a paz é obra da justiça”; seu grande objetivo como Papa era acabar com o confronto armado entre as nações mundiais.

Pio XII realizou várias ações para promover a paz, discursou inúmeras vezes na rádio, denunciando os crimes cometidos nas guerras, denunciando os ataques, escreveu cartas para o Reino Unido, França e Alemanha, solicitando que evitassem o confronto armado, ou que entrassem em acordo, para evitar que mais mortes acontecessem. Com essa intenção de promover a paz, em vinte de outubro de 1939, o Papa escreve a sua primeira carta encíclica, chamada *Summi Pontificatus*, na qual o papa alertava sobre o perigo da guerra que se aproximava e que, como *tufão*, assolaria a população. Desse modo, ele pede que a Paz seja feita e convoca os católicos a promoverem a Paz em suas nações.

Enquanto escrevemos estas linhas, veneráveis irmãos, chega-nos a apavorante notícia que se desencadeara o terrível tufão da guerra, não obstante todos os nossos es-forços para esconjurá-lo. A nossa caneta como que hesita em pros-seguir, quando imaginamos o abismo de sofrimentos de inúmeras pessoas, às quais sorria ainda ontem, no ambiente doméstico, um raio de modesto bem-estar. O nosso coração enche-se de angústia, ao prevermos tudo o que poderá medrar da tene-brosa semente da violência e do ódio, depositada hoje nesses sulcos sanguinosos que a espada acaba de abrir: Mas, mesmo diante destas apocalípticas previsões de desven-turas iminentes e futuras, achamos que é nosso dever sugerir àqueles em cujos corações se aninha ainda um sentimento de boa vontade, que elevem os olhos ao único do qual deriva a salvação do mundo, ao único; cuja mão onipotente e misericordiosa pode fazer cessar esta tempestade, ao único, cuja verdade e cujo amor podem iluminar as inteligências e inflamar os corações de tão grande parte da humanidade imersa no erro, no egoísmo, nos contrastes e na luta, e reorganizá-la no espírito da realeza de Cristo. (PIO XII, 1939)

Contudo, todo o seu esforço em promover a paz e a justiça não foram capazes de evitar ou de diminuir o avanço rumo à Segunda Grande Guerra. Em 1945, a Segunda Guerra Mundial chega ao seu fim, depois de acontecimentos que abalaram e alteraram o modo de vida da população. Pio XII tampouco deixou de destacar aos jovens em seus discursos os males que o comunismo está causando e pode vir causar na humanidade, a partir da “mentalidade socialista”³.

Em 1958, o novo papa é João XXIII, que terá o pontificado mais importante do século, pela realização do Concílio Vaticano II. O Papa irá escrever inúmeros documentos pontificais importantes para toda a Igreja. O primeiro deles é a carta encíclica, intitulada *Mater et Magistra*, em 1961. Em comemoração aos 70 anos da *Rerum Novarum*, João XXIII denunciou a grande desigualdade entre os países ricos e pobres. Ao comentar a encíclica, Sales (2011) sublinha que a solidariedade entre as nações, especialmente da parte dos países já desenvolvidos, ajuda no desenvolvimento econômico das outras nações subdesenvolvidas. Outros pontos importantes da encíclica são os alertas à grande desigualdade social existente no interior das nações, causada pelos problemas econômicos, alertas que se dirigem aos países dos continentes africano e asiático que estavam sofrendo o declínio da colonização, além de renovar as encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* de Pio XI. Contudo, o Papa não deixou de reforçar as críticas já realizadas pelos papas anteriores ao sistema socialista/comunista:

A razão está em que o socialismo funda-se em uma doutrina a respeito da sociedade humana que é ligada ao tempo e não toma em conta nenhum outro objetivo que o bem-estar material. Desde que ele propõe uma forma de organização social que tem em vista unicamente a produção, ele coloca uma muito severa restrição à liberdade humana, ao mesmo tempo que viola a verdadeira noção de autoridade social. (JOÃO XXIII, 1961).

Além da *Mater et Magistra*, temos também a carta encíclica *Pacem in Terris* publicada em 1963, de cunho muito mais político do que social, uma vez que as tensões entre as nações, naquela época, podiam levar a uma guerra nuclear entre o Ocidente e o Leste Europeu.

Todavia, o papa que dará continuidade ao apelo de Leão XIII, será João XXIII (1958 – 1963), que percebe o afastamento da Igreja Católica diante das questões do mundo contemporâneo, dando início à renovação solicitada anteriormente por Leão XIII, desencadeando um novo Concílio, o qual renovará as estruturas da Igreja Católica. Para isto, convocou os bispos de todos os continentes, a fim de, juntos, construírem as orientações da Igreja em direção às transformações sociais que vinham acontecendo ao longo da primeira metade do século XX⁴.

Com o fim do Concílio Vaticano II, muitos acreditaram que, no pontificado de Paulo VI (1963-1978), ocorreriam grandes mudanças na estrutura da Igreja Católica ante o modernismo mundial. A década de 1960 é

³ “Não se pode cair no erro de “retirar ... o gerenciamento dos meios de produção da responsabilidade pessoal dos proprietários privados [indivíduos ou companhias] para transferi-lo à responsabilidade coletiva de grupos anônimos, [uma situação] que se acomodaria muito bem com a mentalidade socialista” (Pio XII, Discurso aos Congressos de Estudos Sociais e à União Social Cristã, 5 de junho de 1950).

⁴ Os estudos acerca do desenvolvimento do Concílio Vaticano II são vastos. Não iremos abordar neste artigo o desenvolvimento do Concílio Vaticano II, pois não está proposto em nossos objetos, além do curso espaço que temos para explanar os documentos pontificais que condenam o comunismo. Porém sabemos de sua importância e de sua ação na renovação e transformação de estruturas internas e externas da Igreja Católica.

conhecida como a década da *Revolução Sexual*, momento no qual ocorreram mudanças significativas no *status quo*, principalmente pelo descobrimento das pílulas anticoncepcionais que entraram no mercado no início de 1960 e pelas ideias do sociólogo Herbert Marcuse e o médico e psicanalista Wilhem Reich, que defendiam uma “liberação sexual”. Neste contexto, muitos esperavam que Paulo VI iria pronunciar-se a favor dos anticoncepcionais.

Entretanto, o que ocorreu foi estritamente o contrário. Isso fica claro quando analisamos sua posição diante dos métodos anticoncepcionais não-naturais e a qualquer tipo de aborto, expressa na carta encíclica *Humanae Vitae*, escrita em 1968. Nesta carta, o Papa se dirigia a todos os católicos, dizendo que o dever dos fiéis é transmitir e proteger a vida em todas as circunstâncias, contra o uso dos anticoncepcionais não-naturais e em favor da vida em todas as situações, ou seja, contra a legalização do aborto, que estava ocorrendo em várias nações ocidentais naquela década.

Além disso, o Papa também condenou veementemente o comunismo na encíclica *Octogesima Adveniens*, escrita em homenagem aos 80 anos da *Rerum Novarum*, convocando todos os católicos para uma maior participação na política mundial. Nela ele escreve sobre os perigos na união entre o cristianismo e o comunismo:

Muito frequentemente os cristãos, atraídos pelo socialismo, tendem a idealizá-lo em termos que, além de tudo o mais, são muito genéricos: um desejo de justiça, solidariedade e igualdade. Eles se recusam a reconhecer as limitações do movimento socialista histórico, que continua condicionado pelas ideologias das quais se originaram. (PAULO VI, 1971).

Por essa ação, o Papa será criticado por vários setores da sociedade, sendo rotulado por muitos como um papa conservador, que atrapalhou o desenvolvimento das ideias conciliares.

Os desafios da Igreja Católica no Brasil

A Igreja Católica no Brasil é marcada por grandes mudanças em seu modo de guiar os fiéis, principalmente na busca por resolver a perda constante de seus seguidores para outras religiões e seitas, que afeta a sua organização diretamente e indiretamente. Outro problema foi a separação do estado com a religião, ocasionando um distanciamento da Igreja Católica nas decisões políticas do Brasil, desde o início da República. Esses dois fatos acarretaram uma reformulação da missão apostólica da Igreja no Brasil, que passou por constantes adaptações, perante as transformações políticas, sociais e econômicas do país. Desse modo, realizaremos um pequeno levantamento dessas adaptações, desde 1916 até o fim da década de 1980, com o objetivo de compreender em que estágio se encontrava a Igreja do país antes e durante a chegada do movimento carismático.

Em 1916, o recém-nomeado arcebispo do Recife, Dom Sebastião Leme (1882-1942)⁵, orientou a Igreja Católica do Brasil a tomar algumas posturas diante dos graves problemas que vinham acontecendo em seu interior desde o século

⁵ “Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP) em 1882. Clérigo católico, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo-se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo

XIX. Para isso, Dom Leme escreveu uma carta pastoral, na qual diagnosticava alguns problemas na hierarquia da Igreja, destacando principalmente a limitação da instituição nas influências políticas. Além desses problemas, houve outros pontos destacados pela carta como, “Fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira” (MAINWARING, 2004, p. 41).

Dom Leme defendia a ideia de que deveria acontecer uma cristianização das principais instituições sociais, um desenvolvimento de intelectuais católicos e a mudança das práticas populares aos procedimentos ortodoxos. Este movimento ficou conhecido como “neocristandade”, marcando um novo período para a Igreja, entre os anos de 1916 até 1955. Desse modo, Dom Sebastião Leme direcionou a Igreja Católica para um papel de mãe do Brasil, marcando uma presença forte na sociedade, em um momento importante na realidade social da época, já que a maioria da população era católica.

Apesar de o movimento ter iniciado em 1916, foi somente em 1930, que ele começou a ganhar o espaço desejado por Dom Sebastião, com a Era Vargas, pois, na busca de uma construção de identidade nacional, Getúlio Vargas apropria a religião católica como a religião da nação, fazendo com que o catolicismo se expandisse para todos os setores sociais. Nesse momento, a Igreja Católica era bastante conservadora, opondo-se à secularização do mundo contemporâneo e combatendo as outras religiões que vinham chegando ao país, além de sempre pregar a hierarquia e a ordem social. Esse catolicismo mais vigoroso inseriu-se na política civil, de modo que as ideias da neocristandade influenciassem o sistema educacional, com a implantação do ensino religioso no currículo disciplinar. E, ainda, a moralidade, com o anticomunismo e o antiprotestantismo e, por fim, a presença do nome de Deus na Constituição, como destaca Scott Mainwaring.

Nesta mesma época, surge a Liga Eleitoral Católica (LEC), “que recomenda os candidatos que se comprometem a defender os interesses do catolicismo” (SALES, 2006 p.54). A LEC nunca participou de nenhum partido político, mas era inteiramente anticomunista. Com a Intentona Comunista⁶ no Brasil, em 1935, a Igreja Católica acabou apoiando a ditadura de Vargas em 1937, principalmente porque, neste mesmo ano, o Papa Pio XI já tinha publicado a carta encíclica *Divinis Redemptoris*, na qual condenava fortemente o comunismo e orientava os fiéis de como se portarem em relação aos movimentos comunistas. Esta questão fica ainda mais clara quando lemos a encíclica:

Procurai, Veneráveis Irmãos, que os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã. E, se alguns, induzidos em erro, cooperassem para a vitória do comunismo no seu país, seriam os primeiros a cair como vítimas do seu erro; e quanto mais se distinguem pela antiguidade e grandeza da sua civilização cristã as regiões onde o comunismo con-segue penetrar, tanto mais devas-tador lá se manifesta o ódio dos ‘sem-Deus’. (PIO XI, 1937).

cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco.” *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁶ Para entender melhor sobre como Vargas, usou-se da investida comunista no Brasil. Para fortalecer e iniciar sua ditadura no Brasil, recomendamos o livro: “CANCELLI, Elizabeth. A Intentona de Nova York. Editora Humanidades, São Paulo, 1997.

Contudo, a Igreja nunca se pronunciou de forma oficial em apoio a Vargas. Era, de certa forma, uma questão de simpatia de ideias, nas quais alguns clérigos viam na política de Getúlio a realização da Doutrina Social da Igreja, visto que sua política conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo. Além disso, Vargas também se opõe às ideias marxistas e, para controlar o crescimento da esquerda no Brasil, vai-se utilizar dos Círculos Operários Católicos – movimentos católicos de representação sindical – que, favorecidos por Getúlio Vargas, recebiam maiores respostas em suas solicitações ao governo.

Já na área educacional, o catolicismo começa a desempenhar um papel importante com a primeira fundação de uma universidade católica em 1942, no Rio de Janeiro, opondo-se ao ensino leigo e protestante. Fortaleceu-se ainda mais com a segunda universidade em São Paulo, em 1946.

Por fim, com esta grande ação da Igreja no Brasil até a década de 50, a instituição conseguiu atingir, de forma incisiva, o laicato da classe média, formando um dos mais influentes movimentos da Igreja na América Latina, com o fito da *neocristandade*, como salienta Keila Patrícia Gonzalez:

A partir da romanização do catolicismo brasileiro até a década de 50, a Igreja adotou uma postura que tinha por princípio a fé como um processo íntimo com Jesus Cristo dentro de um sentido devocional. Assim, o mundo moderno passou a ser visto como maligno, já que encorajava o culto da personalidade, do prestígio e do poder. Neste período de neocristandade vivido pela Igreja, ela conseguiu atingir o laicato de classe média, formando uma das mais influentes gerações de leigos na América Latina. Estes intelectuais emergiram do Centro Dom Vital, pequeno instituto católico, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e da política brasileira. (GONZALEZ, 2006 p. 43).

O modelo da neocristandade foi importante para o desenvolvimento do catolicismo no Brasil e teve muita eficácia entre as décadas de 1920 até 1950⁷, apesar de se mostrar fraco em alguns outros segmentos, principalmente com a perda do contato com os setores mais pobres da população. Em 1945, começou a perder suas forças, sobretudo por três fatores que ocasionaram o seu enfraquecimento.

O primeiro deles foi a rápida secularização do Estado no fim da Era Vargas em 1945, pois o sucesso do modelo da neocristandade, propagado por Dom Sebastião, dependia inteiramente do Estado para exercer suas influências no combate à secularização e outras religiões, visando a manter seu monopólio religioso. O segundo fator foi o fortalecimento dos movimentos populares que se colocavam contrários ao catolicismo. Em 1945, os movimentos populares começaram a ganhar mais força na sociedade. Já em 50, o movimento camponês pedia uma reforma agrária. Esses movimentos constituíam uma grande ameaça aos setores mais tradicionalistas da Igreja Católica, pois tinham um enfoque totalmente progressista e anticatólico, questionando a visão hierárquica da sociedade, desafiando as visões dos católicos tradicionalistas.

E o terceiro fator é o aumento do número de religiões pentecostais, espíritas e afro-brasileiras, que já vinham atingindo o catolicismo, fazendo com que ele perdesse o seu espaço entre as classes populares. Na época, o sociólogo Thales de Azevedo (1904-1985) relatava que a Igreja exercia um papel muito fraco perante as massas, fornecendo o

⁷ “Disponha de um virtual monopólio religioso, havia desenvolvido uma forte presença católica entre as elites governantes, na educação sua voz era a mais importante; algumas de suas preocupações morais de maior destaque, tal como o status da família, eram respeitados; a sociedade era estável e ordeira.” (MAINWARING, 2004, p. 52).

espaço necessário para o crescimento das religiões afro-brasileiras, do espiritismo e do pentecostalismo protestante, que estavam crescendo entre classes menos abastadas.

A Revista Eclesiástica Brasileira (REB) e o discurso anticomunista

Antes de analisar os discursos encontrados na Revista Eclesiástica Brasileira, é interessante destacar que a imprensa da época sofria a interferência direta da guerra de narrativas existentes na Guerra Fria. Essa guerra de narrativas acabava desenvolvendo um imaginário embasado do comunismo. Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho* (MOTTA, 2002), destaca que, desde a tentativa de implantação do comunismo no Brasil através da Intentona Comunista, em 1935, o comunismo acabou ganhando uma imagem criada pelos próprios veículos de imprensa que depois foi absorvida pelos brasileiros. Ao analisar os relatos do combate, Motta destaca que a imprensa mostrou os comunistas como violentos e cruéis, ao ponto de matarem oficiais, tenentes e seus colegas de serviço militar enquanto dormiam. O autor lança que a imagem, usada pela imprensa da época, era de que os comunistas seriam traidores da pátria e os soldados seriam heróis defensores da soberania do Brasil (cf. MOTTA, 2002).

Destacamos que a revista analisada não possuía um objetivo político direto, entretanto, tanto o Brasil como a Igreja Católica acabaram sendo influenciados pelos contextos sociopolítico e econômico da época. O *discurso* era uma peça chave no contexto da Guerra Fria, na qual ocorria uma guerra de narrativa entre os EUA e URSS. Tendo isso em vista, a forma que a REB entende o comunismo era sempre como um “inimigo estrangeiro”, uma “ameaça” à política nacional e ao patriotismo, *uma planta exótica* chamada de “imperialismo soviético”

Segundo Motta (2002), essas afirmações eram comuns em todos os grupos anticomunistas existentes antes da intervenção militar de 1964. De vários ambientes internos da Igreja católica brasileira ouviam-se “denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo com a imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado” (MOTTA, 2002, p. 243-244).

A imagem do comunismo destacada por Motta (2002) como uma imagem construída é confirmada por Bett (2015). No trabalho de Ianko Bett (2015), o autor destaca que,

o comunismo acabou sendo inventado e reinventado pelos discursos anticomunistas dos católicos que percebiam (ou achavam perceber), no contexto político e social percorrido pela pesquisa a sua - periculosidade e necessitavam mobilizar a sociedade para enfrentar a sua - pro-pagação, constituindo, deste modo, as bases para a legitimidade de um imaginário anticomunista. (BETT, 2015, p. 43).

E é dentro desse contexto que se inserem as comunicações existentes na REB. A Revista Eclesiástica Brasileira surge em 1941, momento no qual a Igreja Católica no Brasil já vinha sofrendo um declínio de seus fiéis. A REB surge a partir da ordem franciscana do Brasil e tem como objetivo atingir o clero brasileiro, dando-lhes formação e informação, visando a preparar o clero diante da sua assembleia e discutir temas sobre cultura, política e, claro, teologia. Seu objetivo já fica claro em suas primeiras páginas, da sua primeira edição:

Em ‘Revista Eclesiástica Brasileira’ se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro. As nossas grandes dioceses são regidas por homens de destaque, prendados de raros dotes de inteligência e de virtude, esco-lhidos a dedo para governar o catolicismo desta terra. Quanta clari-vidência, que tesouro de experiência reside nesses varões de Deus que constituem o orgulho da nossa hierarquia eclesiástica. Nossos seminários estão à altura, e suas cátedras estão ocupadas por mestres insígnies, espíritos abertos, que não só acompanham, senão que marcam o ritmo da evolução das coisas eclesiásticas. Que riqueza advirá, pois, para todo o clero, da permuta de ideias, da focalização dos interesses eclesiásticos e de sua discussão nas páginas duma revista equivalente a uma tribuna, donde se tem como ouvinte o padre brasileiro do Amazonas ao Prata. É nesta equação dos valores que possuímos e das necessidades que sentimos que reside a razão de ser, e a garantia de continuidade da “Revista Eclesiástica Brasileira”. (REB, 1941, p.3.)

A Revista Eclesiástica Brasileira passou por quatro momentos. A primeira, de 1941 a 1952, representada pelo seu fundador e redator, Frei Thomás Borgmeier. A segunda fase, de 1952 a 1971, teve como seu redator-chefe Frei Boaventura Kloppengurg. Foi uma das principais promotoras das informações acerca do que estava acontecendo no Concílio Vaticano II para o Brasil. A terceira fase, entre os anos de 1972 a 1986, teve Leonardo Boff como redator principal da revista. Este período é marcado pela divulgação das bases da Teologia da Libertação no Brasil. E, por fim, a redação da REB foi assumida em 1986 pelo Frei Elói Dionísio Piva, sendo coordenador até os dias atuais.

A Revista Eclesiástica Brasileira (REB) era um importante meio de comunicação católico do período, escrita pelos membros da ordem Franciscana. O objetivo dessa revista era propagar as informações e acontecimentos referentes à Igreja Católica no Brasil e o no mundo, além de trazer discussões teológicas a respeito de inúmeros temas, entre eles a ação social. A revista expressa de forma direta e indireta o pensamento do catolicismo brasileiro a respeito dos acontecimentos políticos.

A REB organiza-se em edições bimestrais. Como estrutura editorial, aborda artigos relacionados com a temática da edição da revista, logo após, traz alguns comunicados importantes sobre a Igreja do Brasil, a CNBB e a Santa Sé. Em seguida, apresenta uma necrologia de padres e bispos falecidos e, por fim, algumas recensões pastorais e ecumênicas.

Desse modo, podemos identificar a Revista Eclesiástica Brasileira como um *campo intelectual*, a partir do conceito de Pierre Bourdieu. Pois o *campo intelectual* é o local onde se desenvolve uma produção cultural, no qual podemos analisar as ideias, como elas são formuladas e o objetivo que os autores têm com elas.

Na análise do campo intelectual como campos de produção cultural, Bourdieu destaca:

[...] para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados [...] existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2004, p. 20)

Enfim, a partir destas considerações, visamos a encontrar como as ideias anticomunistas eram produzidas e difundidas na Revista Eclesiástica Brasileira e o que estava por trás desse discurso, verificando as influências nas produções da revista.

Foram analisados todos os volumes da REB, entre os anos de 1960 até 1970. Encontramos cerca de nove artigos e vinte oito comunicações⁸ com conteúdo anticomunista. O maior número de conteúdo deste gênero está entre os anos de 1960 a 1965, são 31 documentos que trazem críticas, acusações e alertas ao perigo dos regimes comunistas espalhados pelo mundo, além de críticas a partidos e movimentos de esquerda do Brasil e do mundo. Já entre os anos de 1966 a 1970, o número cai drasticamente para apenas 6 artigos e comunicações do mesmo gênero, mas com um teor no discurso mais sutil e não tão apologético como nos anos anteriores.

Analisando alguns artigos publicados entre 1960 e 1965, anos em que o discurso anticomunista aparece de forma bastante preponderante, podemos perceber uma mudança vertiginosa no discurso da REB nos próximos anos, chegando, a partir de 1968, a não tocar mais neste assunto, como fazia nos anos anteriores. Não vamos analisar todos os artigos e comunicações, pois o espaço não seria viável para uma produção deste porte.

Em 1960, a revista traz um artigo intitulado, *Atitude Política e Social dos Cristãos*, no qual é abordado como os católicos devem se portar diante de movimentos e partidos políticos, destacando que:

A antítese irreduzível entre o sistema marxista e a doutrina cristã é evidente por si mesma, tal como a que existe entre o materialismo e o espiritualismo, entre o ateísmo e a fé religiosa. E por isso que a Igreja, em face dos movimentos que adotam e seguem a ideologia marxista e suas aplicações, não pode permitir aos fiéis aderir-lhes, favorecê-los ou com eles colaborar. (REB, 1960, p. 647).

Podemos identificar a homogeneidade do *discurso* da REB, com o *discurso* papal, na qual ambos condenam a união entre o marxismo e o cristianismo e materialismo e espiritualismo. Essa ação fica mais nítida quando analisamos uma comunicação/notícia deste mesmo volume intitulada, *Infiltração Comunista na América Latina*, “(...)A visita de Mikoyam em a Cuba e ao México agravou ainda mais a situação. (...)Famosa também tornou-se a tática vermelha em adestrar políticos nas suas doutrinas e enviá-los de volta às suas pátrias”. (REB, 1960, p. 833).

A partir dos conceitos de Bourdieu, *campo intelectual e capital intelectual*, podemos concluir que a Revista Eclesiástica Brasileira, visava a formar o posicionamento político do clero de acordo com o apelo papal, além de destacar que a ameaça vermelha, o “diabo vermelho” (RODEGHERO, 1998), está chegando e se aproximando da realidade brasileira.

Em 1960, foram encontrados 7 artigos e comunicações na revista; no ano de 1961 esse número baixou para 5, porém o discurso se tornou mais enfático nos resultados produzidos pelos movimentos socialistas no mundo contra o cristianismo, como na U.R.S.S., na China e no Vietnã. Vejamos um trecho do artigo *Vietnã vítima do Comunismo*,

⁸ As comunicações eram pequenos textos de no máximo duas páginas na qual se divulgava uma notícia brasileira, ou estrangeira e que não continha autor. Não encontramos nenhuma referência na qual explicasse quem era o responsável direto por aqueles textos. Com isso, acreditamos que o próprio o corpo editorial era quem publicava estes textos.

“sem dúvida neste ambiente revolto, as piores consequências caíram sobre os católicos. Perseguidos e massacrados, não apenas por razões políticas, mas sobretudo por causa da sua fé”. (REB, 1961, p. 794). No mesmo ano a REB faz uma denúncia contra a União Soviética, destacando a sua infiltração na Bolívia: “A Bolívia é uma das nações latino-americanas visadas pelo bloco soviético”. (REB, 1961, p. 792).

É interessante notar que a revista, ao mesmo tempo que traz em sua edição os perigos e ataques do comunismo ao cristianismo, especificamente ao catolicismo no mundo, faz uma ligação com este perigo na América Latina. Ou seja, a REB não queria apenas informar ao clero brasileiro os acontecimentos mundiais, mas incutir neles como *produção cultural*, a ideia que comunismo e catolicismo são opostos, não apenas teológicos e ideológicos, mas também, opostos em sua *práxis*.

Em 1962, o número de comunicações e artigos anticomunistas volta a crescer. Foram produzidos 7 textos neste viés. Um dos mais importantes que selecionamos foi a comunicação, *Comunistas: uma minoria decidida*, na qual o autor traz os dados populacionais dos países da U.R.S.S., China, Coréia do Norte, Vietnã e do Leste Europeu e liga com o número de membros que os partidos comunistas tinham no momento em que instauraram a revolução. Podemos perceber que o autor tem como objetivo alertar que, apesar de o movimento no Brasil ser pequeno e aos olhos de alguns até mesmo insignificante, temos que ficar preocupados, pois esta minoria já é uma ameaça, (REB, 1962, p. 248-249). Em outra comunicação desse mesmo volume, intitulada *UNE – Arma do comunismo*, a REB denuncia “Estas cartas, das quais sua Eminência publicou a algumas, falam da absoluta necessidade de um combate à UNE eivada de comunismo; da infiltração comunista do meio estudantil (...)”. (REB, 1962, p. 498).

É interessante contextualizar estes artigos com o momento político que o Brasil estava vivendo. João Goulart tornou-se presidente do Brasil em 1961 depois da renúncia de Jânio Quadros. Goulart já era condenado por muitos setores políticos de sua simpatia com a agenda política de esquerda. Depois de sua viagem à China, essas acusações ganharam ainda mais força, alcançando outros setores da sociedade. Desse modo, podemos perceber que a REB já demonstrava um certo receio com a posse de João Goulart, como presidente do Brasil.

Em 1963 e 1964, os artigos e comunicações de gênero anticomunistas continuam na mesma média de cinco por ano. Durante este período, as comunicações sobre o que estava acontecendo em países comunistas ganharam força: em 1963, foram 4 de 5 artigos publicados seguindo este viés, dos quais o mais incisivo é *A Igreja perseguida em Cuba*, no qual refere-se ao ataque a Igreja e à perseguição de padres e sacerdotes. Em 1964, a direção vai mudar; todos os artigos e comunicações buscam alertar o clero sobre o “perigo comunista” no Brasil. Vejamos um trecho do artigo, *Manifesto e Denúncia contra a ação do comunismo no Brasil*:

Há pouco tempo o comunismo não era tido como perigo no momento. Nos últimos meses, contudo, uma grande quantidade muito grande de testemunhos e manifestos, vieram alertar, seja da parte da Igreja, seja da parte de civis e militares, as consciências dos brasileiros contra o perigo vermelho. (...) O perigo está às portas (...) a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao Governo se acelerou (...) uma onda vermelha avassaladora se precipita sobre o país (...). (REB, 1964, p. 207-208).

Este artigo foi publicado em março de 1964, com a assinatura de inúmeros padres e bispos. Foi no dia 13 de março que João Goulart fez o seu discurso sobre as *Reformas de Base*, que ficou conhecido como o discurso da “ameaça comunista”. No dia 19 de março, acontece a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade de São Paulo, em resposta ao comício de Jango. E, no dia 31 de março, ocorre o Golpe Militar, instaurando assim o regime que durará até 1985.

A partir de 1966 o número de artigos e comunicações produzidos cai verticalmente: de 1960 a 1965, a média de artigos anticomunistas é de 5 por ano; de 1966 a 1970 o número desce para 1 por ano, sendo que a partir de 1968 não há mais nenhuma publicação de artigos ou comunicações anticomunistas. É importante destacar que os artigos não trazem mais uma ligação com o perigo comunista no Brasil ou na América Latina, apenas informam a realidade da Igreja Católica nos países europeus e os problemas sociais sofridos por eles. A tom apologético e incisivo contra o comunismo desaparece, aparecendo críticas sutis ao que os países do Leste Europeu vinham passando.

Esta mudança na postura da revista é identificada por nós devido a três fatores:

O primeiro deles é a conclusão do Concílio Vaticano II, pois com o fim do concílio a REB se tornou uma das maiores difusoras dos documentos conciliares, dando uma ênfase muito grande a cada documento, com artigos e comunicações sobre o seu desenvolvimento, deixando para trás temas políticos e sociais abordados com mais frequência anteriormente.

O segundo fator foi o desenvolvimento da Teologia da Libertação, em 1967 com o sacerdote dominicano e teólogo peruano Gustavo Gutierrez Marino, o qual apresenta o primeiro esboço acerca dessa orientação teológica, que defende que a ação da Igreja não deve ser apenas espiritual, mas também política. E, ainda, que, seguindo os passos de Cristo, devemos buscar os marginalizados, os desfavorecidos, os pobres e lutar contra as desigualdades encontradas na América Latina, com o fim de promover o Reino de Deus. Este esboço foi publicado em 1960, intitulado *Hacia una teologia de la liberación*.

O termo “libertação” é criado a partir da realidade cultural, social, econômica e política latino-americana. A Conferência de Medellín tem ligação direta com o pensamento teológico libertador, no qual surge um novo movimento, “um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora”.

Segundo essa Teologia, Jesus se posicionou ‘ao lado dos excluídos’ a fim de conhecer suas necessidades, passando pelo Evangelho podemos constatar que Ele se encontrava com os doentes para curá-los, com os endemoninhados, com os cegos, com os coxos com os paralíticos, com os aleijados, enfim, com todos aqueles que sofriam com alguma forma de opressão. A finalidade de Jesus ao estar com as pessoas que carregavam na sua história a marca da opressão era de libertá-los de seus sofrimentos. (NORONHA, 2016, p. 187).

Depois da Conferência de Medellín (1968), iniciou-se o processo de fundamentação desta nova teologia, que ocorrerá entre os anos de 1968-1975. Esse período será marcado pela expansão dessa nova práxis teológica, além do surgimento de novas facetas dessa teologia, como: a teologia da libertação feminina, a teologia da libertação indígena,

a teologia da libertação negra, etc. Ela será a teologia dos vencidos, na qual a Igreja se torna, e deve se tornar, a protetora desses desfavorecidos.

A teologia da libertação não era mais a ideologia dos vencedores e sim dos vencidos, era uma ideologia de resistência. Ao entrar no movimento, Leonardo Boff marcou a diferença, anunciando o tema do cativo. Sendo doravante movimento de resistência, a teologia da libertação buscou formas de associação com as outras resistências e suas teologias, a teologia negra, indígena e a feminista. (SUSIN, 2000, p. 186).

Em 1979, ocorreu uma nova conferência que deu ainda mais força para o desenvolvimento da TL, a III Conferência do Episcopado Latino Americano, que ocorreu em Puebla e ficou conhecida como a “Conferência de Puebla”. O tema proposto foi “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Leonardo Boff, um dos grandes teólogos da libertação brasileiros, defende que “a difusão da mensagem de Puebla favoreceu a consolidação da nova teologia” (BOFF, 1986, p. 20).

Dessa forma, os movimentos alinhados com uma política de esquerda da Igreja Católica da América Latina, irão adotar como prática pastoral essa nova teologia e muitos irão contrapor o sistema vigente, o *status quo*, a partir das bases da filosofia libertadora, desenvolvida pelos próprios latino-americanos, como é o caso do Brasil. Fazendo com que as críticas à ideologia marxista sejam esquecidas, até porque um dos maiores defensores da Teologia da Libertação é o teólogo Leonardo Boff, que se tornou redator da REB a partir da década de 1970.

O terceiro e último fator é o Ato Institucional nº 5, que iniciou uma série de perseguições políticas e ideológicas e quebras de direitos civis. Estas perseguições alcançaram membros do clero e leigos católicos, fazendo com que a Igreja Católica mudasse sua postura diante dos aspectos políticos.

Considerações Finais

Podemos perceber o alinhamento do discurso da Revista Eclesiástica Brasileira, com o discurso dos documentos pontificios. Esta homogeneidade no discurso mostra que a REB buscava estar em concordância com a Santa Sé e buscava transmitir esse alinhamento para o clero brasileiro, tentando evitar um afastamento do clero brasileiro de Roma, talvez influenciado pela mentalidade da *neocrisandade* de Dom Sebastião Leme.

Outro ponto importante a sublinhar é a forma de discurso que a revista adotou, mostrando sempre que o comunismo é um perigo próximo. E que as consequências de um regime assim no Brasil seriam desastrosas. Sempre ligando perseguições aos católicos em países de cunho socialistas com o “perigo” desta ideologia na América Latina e principalmente no Brasil. Esse discurso apologético da REB contra o comunismo, influenciado pelos documentos pontificios, influenciou, de certa maneira, o clero brasileiro, fazendo com que boa parte acabasse apoiando o Golpe Militar de 1964.

Podemos concluir que a Revista Eclesiástica Brasileira auxiliou na propagação do espírito anticomunista no seio do clero brasileiro, principalmente nos anos 1950 e no início dos anos 1960. E, como analisa Rodrigo Motta (2002), o anticomunismo no interior da Igreja Católica era vigoroso e se manifestava em todos os movimentos e seguimentos,

inclusive na REB. Porém, esse discurso acabou perdendo seu efeito a partir de meados da década de 1960, por conta do movimento de *aggiornamento* do Concílio Vaticano II, do surgimento da Teologia da Libertação e pelo poder repressivo do Regime Militar com o A.I. 5.

Fontes:

- Revista Eclesiástica Brasileira. *Nota de apresentação*. Volume 1, fascículo 1. Março-junho. 1941. p. 1-3.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Atitude Política e Social dos Cristãos*. Volume XX, fascículo III. Setembro-Dezembro. 1960. p. 626-639.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Infiltração Comunista na América Latina*. Volume XX, fascículo III. Setembro-Dezembro. 1960. p. 833.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *A ameaça comunista na Bolívia*. Volume XXI, fascículo III. Setembro-Dezembro. 1961. p. 792-793.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Vietnã vítima do Comunismo*. Volume XXI, fascículo III. Setembro-Dezembro. 1961. p. 794-796.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Comunistas: Uma minoria decidida*. Volume XXII, fascículo I. Março-junho. 1962. p. 248-249.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *UNE – Arma do Comunismo*. Volume XXII, fascículo II. Julho-Agosto. 1962. p. 496-498.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Renova-se a perseguição comunista na Polônia*. Volume XXIII, fascículo I. Março-Junho. 1963. p. 232.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *As informações da imprensa comunista a respeito do Concílio*. Volume XXIII, fascículo II. Julho-Agosto. 1963. p. 511-512.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *Manifesto e Denúncia contra a ação do Comunismo no Brasil*. Volume XXIV, fascículo I. Março-Junho. 1964. p. 207-209.
- Revista Eclesiástica Brasileira. *A Lituânia resiste ao comunismo*. Volume XXV, fascículo I. Março-Junho. 1965. p. 152-154.

Referências:

- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BETT, Ianko. *Catolicismo e Cruzada: revista católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 409 p. 2015.
- BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo: Ecclesio gênese – A Igreja que nasce da fé do povo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O campo intelectual: um mundo à parte*. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 169-180.
- DAVID, S. R. A. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira - 1963-1980*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista. Assis. UNESP 2000.
- GONZALES, Keila Patrícia. *A Renovação Carismática Católica: Continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005)*. 2006. 211f. (Mestrado História) - UNESP - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2006.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1885)*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NORONHA, Cejana Uiara Assis. *Teologia da Libertação/: Origem e desenvolvimento*. Fragmentos da Cultura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *O mar se abriu: Trinta anos de teologia na América-Latina*. São Paulo: Soter; Loyola, 2000.

Submissão: 04/09/2018

Aceite: 11/07/2019